

Maia sugere ação do mercado financeiro

SÃO PAULO — Para o economista e deputado, César Maia, assessor do presidente Leonel Brizola (PDT), a única medida econômica capaz de tranquilizar o mercado financeiro é o reequacionamento da dívida interna, sendo que a iniciativa deve partir dos próprios agentes do mercado financeiro. “O mercado precisa botar a cabeça em cima do pescoço. Não adianta o assessor jurídico informar que a responsabilidade é do aplicador, e não do carregador. Na hora do incêndio, a porta de saída é muito estreita e o fogo lambe tanto os donos da casa como os convidados”, frisou o economista, ao participar ontem de um seminário de política econômica.

A idéia do economista é simples: numa sexta-feira à tarde, por exemplo, os representantes do mercado financeiro seguiriam em duas caminhonetes para a fazenda de um empresário influente, carregando um político de bom trânsito no Palácio do Planalto e um advogado, o que já facilitaria a redação da decisão em nomenclatura de medida provisória. Os agentes financeiros concordariam em realizar um generoso alongamento do prazo de vencimento dos títulos federais que hoje lastream o overnight e admitiriam que a taxa de juros real de face desses títulos fossem ditada pela *prime* (a taxa principal nos Estados Unidos) ou pela *libor* (a taxa inglesa).

Em troca, teriam como garantia a troca destes títulos por ações, lastro cambial, tributos, conversão de dívida, atualização monetária alternativa etc. No domingo à noite, o grupo visitaria o ministro da Fazenda e, já na segunda-feira, seria decretado feriado bancário para o ajustamento.

Desconto — Para César Maia, com esse procedimento não haveria necessidade do desconto de 30% sobre o valor dos títulos, como alguns setores estão pregando. Ele acredita que seria prudente o governo continuar protegendo as reservas cambiais e considera compreensível que haja uma diminuição no ritmo de reajustes das tarifas públicas.

Sobre a questão de antecipar a posse do próximo presidente ou não, o economista reassalta que o mercado não pode ter dúvidas: “Se a hiperinflação estourar antes das eleições, se antecipa a posse. Se existir fôlego na economia trabalha-se em conjunto até março. Agora, se a hiperinflação estourar depois de 18 de dezembro, “é mais do que natural que não se antecipe nada, deixando a responsabilidade para o atual governo”.

A assessora econômica do presidente Fernando Collor de Mello (PRN), Zélia Cardoso de Mello, não acredita que o atual clima de insegurança seja um fator de preocupação que exija medidas de emergência. “Toda essa questão de dívida interna, se o governo paga ou não, é mais bochincho do que uma coisa real. Espero que seja apenas uma bolha especulativa”, disse Zélia.